

Carta aos Empresários

## **2022: o ano que as empresas salvaram o emprego** **2023: o ano em que o PRR tem de chegar à economia**

### ***Caro empresário, caro colega***

Por mais bem informados que estivéssemos ou por mais imaginativos que fossemos, nenhum de nós poderia antecipar um ano como o de 2022. Até a guerra voltou à Europa com a **invasão da Ucrânia pela Rússia** — martirizando o povo ucraniano — e com ela sofremos o monumental impacto provocado por esta agressão. O conflito infetou rapidamente a economia global e elevou a **inflação** a um nível como já não havia registo em Portugal há três décadas: a rondar os dois dígitos.

O ano que terminou foi de grandes incertezas e dificuldades para os empresários. Vimo-nos confrontados com a escalada do preço do gás natural, da eletricidade e dos combustíveis — na verdade, a subida atingiu a generalidade da estrutura de custos. A estas alteração súbita e profunda juntou-se o abastecimento intermitente de matérias-primas e a escassez de mão-de-obra, o que causou grandes dificuldades de produção.

Olhando para os valores agregados de 2022, para Portugal até poderia parecer que a situação é positiva, com o Governo a estimar um crescimento de 6,8%, com a dívida pública a cair e o défice orçamental a reduzir-se. A resiliência do mercado de trabalho foi mesmo um aspeto determinante para ultrapassarmos o impacto da Covid-19, com o desemprego a baixar até aos 5,9%. Contudo, nos últimos meses tem havido uma deterioração e o INE acaba de anunciar que, em novembro, o desemprego já tinha subido para os 6,4%. Certamente um sinal a ter em conta.

Mas o número relativo do PIB e o brilharete com as finanças públicas, bastante empoladas pela inflação, não podem fazer esquecer que **Portugal foi dos países que mais caiu em 2020** — menos 8,4% do PIB, por efeito muito pronunciado dos confinamentos e da quebra da mobilidade e, conseqüentemente, do turismo. Mais: sabendo-se que a Covid-19 constituiu um choque exógeno que afetou o mundo inteiro, as respostas foram diferentes de país para país, com esforços orçamentais distintos, o que implicou que as economias recuperassem a diferentes velocidades.

Num **relatório recente do FMI, confirma-se que, entre as economias avançadas, Portugal foi dos países onde os apoios públicos se revelaram mais limitados**. O FMI reporta um contributo de 5,7% do PIB de 2020 em Portugal, enquanto a média da UE foi de 6,7%, tendo Espanha atingido os 14,4% e a França os 15,2%. No nosso país, as empresas foram empurradas para moratórias e novos instrumentos de dívida, ainda que com garantia de Estado, que agora são particularmente penalizadoras por causa do aumento das taxas de juro.

A verdade é que Portugal não sai bem deste período e continua a deixar-se ultrapassar na União Europeia por outros estados-membro, sem aumentos significativos de competitividade, com as empresas a esforçarem-se por resistir e sem a possibilidade de aumentos sustentáveis de

rendimentos. **Portugal não precisava apenas de recuperar da Covid-19, tinha mesmo necessidade de se transformar — infelizmente, 2022 não foi o momento da viragem necessária.** Tenho a convicção profunda de que Portugal não pode assistir passivamente à confluência dos fatores exógenos – desde o impacto da Covid-19 às consequências da Guerra na Ucrânia – e não reagir em relação ao que estruturalmente está mal no nosso país e atrasa o desenvolvimento.

Assumidamente, o **Acordo de Competitividade e Rendimentos assinado no início de outubro pelo Governo, as Confederações Patronais e a UGT constitui um instrumento de política económica e social muito importante.** O compromisso plasma uma série de matérias estruturais para o país e transmite uma mensagem tão positiva como relevante: a **estabilidade e previsibilidade das políticas públicas e a sua coordenação com os agentes económicos são fatores diferenciadores essenciais.** A concertação social surte e/surtiu efeitos e deve ser tida como essencial no processo do nosso desenvolvimento coletivo.

Apesar desta evolução, constatamos que **perturbação social** voltou a agravar-se. Todos os dias, cidadãos e empresas são confrontados com greves e anúncios de greves que paralisam serviços públicos e parecem ter uma motivação sistemática que extravasa a defesa direta do interesse dos trabalhadores e não contribuem para a recuperação da economia.

Pela parte da CIP, as questões estão claras e sabemos exatamente quais os problemas que se colocam às empresas portuguesas e as políticas públicas necessárias. **A inflação e as taxas de juros, o PRR e o PT2030, as condições do mercado de trabalho, o Acordo de Competitividade e a reforma da Administração Pública são elementos essenciais a ter em conta para que a economia nacional retome a convergência com a UE.** Vejamos sucintamente cada um destes pontos.

### **1. A inflação e taxas de juro**

Defendemos que, em Portugal como na Europa, o Governo deve ter políticas apropriadas **à inflação e ao aumento das taxas de juro.** O Estado deve abster-se de quaisquer medidas que instiguem a espiral de aumento de preços e, na medida do possível, aliviar, através da fiscalidade ou de outras vias, o seu impacto. O caso mais dramático é o da eletricidade, gás natural e combustíveis rodoviários, cujos impostos e taxas associados são uma componente determinante do preço, o que afeta o rendimento dos portugueses e a competitividade das empresas.

Sendo certo que o Governo aprovou dois pacotes de combate à inflação, um direcionado para as famílias — isto além de apoios sociais de carácter pontual — e outro para responder a alguns problemas das empresas, a verdade é que **a resposta ficou muito aquém não só das necessidades como daquilo que seria possível e exigível. Uma vez mais, tal como aconteceu com a Covid-19, há uma discriminação negativa das empresas portuguesas face aos concorrentes de outros países da UE.**

De facto, as medidas de mitigação dos efeitos da inflação não chegaram, por exemplo, às empresas que dependem mais da eletricidade do que do gás natural e têm **critérios que deixam de fora parte substancial do tecido económico,** o que põe em causa a sua sobrevivência. Por outro lado, basta **abrir a página da internet da DG COMP ou ler os jornais de referência dos diversos países da**

## **Europa para perceber como os diversos estados-membros estão a apoiar as suas empresas de forma muito mais ativa.**

1. Na Alemanha e em França os apoios diretos às indústrias intensivas em energia abrangeram não só o gás natural, mas também a eletricidade, com limites substancialmente superiores aos praticados em Portugal;
2. Em Espanha foi reduzido o IVA no cabaz de bens essenciais;
3. Na República Checa promoveu-se um programa especial para o aquecimento urbano;
4. Na Dinamarca o governo avançou para um programa para tecnologias de captura e armazenamento de carbono.

No caso das taxas de juro, o problema é agravado porque durante demasiados anos as empresas foram condicionadas a ter um elevado grau de endividamento — veja-se o referido exemplo das medidas de mitigação dos efeitos da pandemia que, ao contrário, do que aconteceu na Europa, privilegiaram os adiamentos e o recurso ao crédito bancário. Para combater esta debilidade, é essencial que o Governo recupere muitas das medidas de capitalização das empresas que propusemos em 2020, que o Estado finalmente cumpra com os 20% de fundo perdido previstos nas linhas Covid-19, que o Banco de Fomento possa cumprir a sua missão e que os Fundos SIFIDE sejam aplicados de pronto em projetos de I&D. E ainda que o mercado de capitais seja dinamizado, que se crie um quadro fiscal mais favorável ao reforço da capitalização das empresas e a operações de agregação ou aquisição de empresas, com vista a estimular o aumento da sua dimensão crítica. Sem estas mudanças, estaremos sempre um passo atrás dos países mais dinâmicos.

## **2. PRR e PT2030**

**O aproveitamento inteligente e eficiente dos fundos europeus disponíveis deveria ser colocado ao serviço da estratégia de crescimento, refletindo a prioridade que deve ser concedida às empresas no processo de recuperação e transformação da economia portuguesa,** estimulando e enquadrando adequadamente o investimento privado e a melhoria das qualificações, como elementos-chave da estratégia económica.

Recorde-se que, em finais de 2020, se dizia que o **PRR era uma bazuca e agora já há quem a qualifique como sendo de pólvora seca. A execução do PRR para já é dececionante:**

1. Apesar de Portugal já ter recebido de Bruxelas 3.321M€, ainda só concretizou o pagamento de 1.447M€, ou seja, metade, e apenas 9% do total das subvenções previstas no pacote inteiro — 16.644M€;
2. O montante pago às empresas não ultrapassa os 156M€, o que representa 10,8% dos pagamentos efetuados.

Acresce a este quadro desolador, a percepção de que, além da ativação das chamadas agendas mobilizadoras, todas elas lideradas por empresas, o PRR não está a contribuir para a recuperação económica e não se perspetiva que alavanques a desejada transformação da economia nacional. É significativo que no mais recente Sinais Vitais, o inquérito desenvolvido pelo ISCTE para a CIP, 67%

dos inquiridos consideraram que o PRR será pouco ou nada significativo para a atividade da sua empresa e apenas 9% referiu que pode ser significativo ou muito significativo.

Como a CIP sempre referiu, o PRR peca desde o início pelo seu enviesamento para o setor público. Os dados da execução e a nova conjuntura tornam ainda mais urgente que seja reorientado para a capacidade de investimento das empresas. Em áreas como a das **agendas mobilizadoras, a da transformação digital ou a da transição climática, os agentes privados têm capacidade para uma maior e mais eficiente execução do PRR.**

O mesmo deve ser dito em relação ao novo quadro financeiro plurianual. Dotado de perto de 23 mil milhões de euros, o PT2030 tem o potencial para contribuir de forma decisiva o desenvolvimento nacional. Nesse sentido, ficamos perplexos quando constatamos que o **Objetivo Estratégico “Portugal mais competitivo e inteligente” apenas merece 23% do total do orçamento do Portugal 2030.** Assim, embora tivesse havido comunicação de que algumas das lacunas do PRR seriam compensadas no PT2030, mais uma vez as perspetivas saem defraudadas com um total de apoios diretos e indiretos às empresas neste programa que ficará por 25,8% do total.

### **3. Mercado de Trabalho**

Se olharmos para o passado recente, verificamos que os **empresários e as empresas fizeram tudo o que estava ao seu alcance para que a Covid-19 não degenerasse em crise económica** e em desemprego maciço. Com a economia paralisada por decreto, salvou-se a iniciativa e o instinto de sobrevivência dos privados para manter a atividade económica do país. O esforço das empresas e dos trabalhadores revelou-se essencial para manter a coesão social e para que não enfrentássemos quebras irremediáveis nas várias cadeias de produção.

Por outro lado, na atual situação do mercado de trabalho tem havido objetivamente uma tendência de aumentos salariais que, a par dos impactos de algumas políticas públicas, tem levado a um **crescimento significativo da massa salarial** que as empresas pagam — um salto de 20% apenas nos últimos três anos. Uma vez mais, o Estado sai ganhador desta evolução, com mais arrecadação de IRS e de TSU, e as empresas sentem o esmagamento da sua competitividade internacional.

Pior do que isso é o rumo que parecem estar a tomar as alterações ao Código do Trabalho, que, em vez de melhorarem o enquadramento da atividade, parecem talhadas para dificultar a gestão das empresas e penalizar a competitividade. **O Governo está a avançar com o maior desprezo pelos Parceiros Sociais e pela Concertação Social e, no Parlamento, estão a ser adotadas normas tão inaceitáveis** como, a título de mero exemplo:

- A proibição do recurso a outsourcing para satisfação de necessidades que foram asseguradas por trabalhador cujo contrato tenha cessado nos 12 meses anteriores por despedimento coletivo ou despedimento por extinção de posto de trabalho;
- A impossibilidade de extinção dos créditos laborais por via da remissão abdicativa;
- A obrigação de fixação de valores de compensação para o teletrabalho sem prever, como se impõe, a sua isenção expressa, em termos fiscais e parafiscais, de quaisquer efeitos contributivos.

Olhando para o futuro, há que afirmar que, para o desejável crescimento da economia, é necessário que **as empresas se dotem de recursos humanos com as competências necessárias para se modernizarem e para permitir que a transformação tecnológica e digital impulsione um salto significativo na sua produtividade**. É crítico que sejam tomadas medidas para aproximar a oferta e a procura no mercado de trabalho, sob pena de inviabilizar a necessária transformação da economia, travar o crescimento das empresas e manter inativo um segmento da nossa população.

No caso dos recursos humanos, continuamos a debater-nos com o crescente desalinhamento entre as competências demonstradas e as necessidades. É fundamental incentivar a **requalificação dos recursos humanos** ao longo da vida e inculcar nos trabalhadores uma mentalidade de formação contínua para que todos tenham mais hipóteses de acompanhar a evolução do mercado de trabalho. Defendemos a este respeito o papel dos Centros de Formação, das Associações Empresariais e das Candidaturas Integradas de Formação das Confederações Patronais como essencial para recentrar o sistema de educação e formação, em colaboração próxima com as empresas. A curto prazo, é urgente uma **política de imigração** que, salvaguardando integração dos trabalhadores e das suas famílias, permita a entrada de milhares de pessoas em falta no mercado de trabalho.

#### **4. O acordo de competitividade e rendimentos**

O **Acordo de Competitividade e Rendimentos foi assinado** e subscrito na véspera do Orçamento do Estado para 2023, de modo a que este documento ainda pudesse incorporar algumas das matérias acordadas. No entanto, o acordo tem um carácter plurianual e o seu cumprimento deve ser escrutinado.

No acordo de médio e longo prazos ficou estabelecida a evolução salarial e a progressão da Remuneração Mínima Mensal Garantida até 2026 mas, como a CIP tem sublinhado desde o início, **é necessário que o desempenho da economia dê sustentabilidade ao aumento dos rendimentos**. Nesse sentido, é também determinante que se atinja a meta de **“acelerar para 2% o crescimento da produtividade até 2026”**.

Como a CIP referiu no momento da assinatura do Acordo, **este é apenas um primeiro passo** que implica, necessariamente, sejam dados outros, embora na perspetiva das empresas ainda há muito a fazer para aplicar devidamente o que está estabelecido. Identifico neste âmbito as **medidas de apoio à capitalização**, a redução seletiva de IRC para as empresas que invistam em Investigação e Desenvolvimento (I&D), a criação de um Regime Geral de Taxas e a simplificação administrativa dos processos de licenciamento de uma série de atividades, entre outros. Ainda sobrevivem regras kafkianas que se traduzem em custos evitáveis.

Sendo o acordo um primeiro passo, a CIP defende que a Concertação Social volte a ter um papel determinante na construção de um verdadeiro Pacto para o Crescimento, já que este foi muito determinado pelo objetivo político (legítimo) dos rendimentos. **Para rompermos esta barreira de crescimento e a sequência de anos de empobrecimento relativo, temos mesmo de adotar uma estratégia disruptiva** que coloque o país num outro nível de competitividade e crescimento.

## 5. *Reforma da Administração Pública*

A estratégia de crescimento de que Portugal precisa pressupõe o lançamento de um conjunto de reformas que combatam os problemas que sucessivos governos não têm conseguido resolver: **fiscalidade opressiva e instável; justiça lenta e ineficaz; administração pública ineficiente**, que se reflete em burocracia injustificada, morosidade nos processos, hiper-regulamentação e centralismo excessivo. Deixo alguns exemplos desta irrazoabilidade:

1. Há mais de 600 taxas e taxinhas que de taxas só têm o nome porque são verdadeiros impostos às empresas;
2. Temos a mais alta taxa máxima de imposto sobre o rendimento das empresas da União Europeia;
3. Ocupamos os últimos lugares da União Europeia em indicadores como eficiência dos sistemas legais e judiciais para as empresas na resolução de litígios ou tempo necessário para declarar e pagar imposto e contribuições.

Estamos muito longe de políticas que, se não apoiam o investimento, pelo menos não o obstaculizem. Continuamos a lutar contra **custos de contextos que penalizam os investidores**; lutamos contra os processos de licenciamento que se convertem numa via sacra e nada devem ao princípio do Simplex; lutamos contra a manutenção de supostas taxas sem qualquer contrapartida associada. E mais: continuaremos a contestar a justiça administrativa e fiscal absurdamente lenta, o desrespeito aberrante dos prazos de pagamento, a multiplicação de obrigações declarativas e de formalidades claramente escusadas. Tudo isto são exemplos de práticas portuguesas pouco consentâneas com a competição global. Precisamos mesmo de uma Administração Pública moderna, ágil e voltada para as pessoas e as empresas.

Para concretizar esta reforma essencial da Administração Pública precisamos de liderança política e de um rumo certo. Infelizmente, 2023 começou da pior forma, já que o Governo foi, ele próprio, fator de instabilidade e incerteza. Esta situação não é aceitável nem razoável. **O Governo — que tem a vantagem de beneficiar de uma maioria absoluta no Parlamento —, tem de ser parte da solução e não parte do problema.**

### ***Caro empresário, caro colega:***

Dentro de algumas semanas termina o mandato dos atuais órgãos sociais da CIP e termina também este ciclo de 12 anos em que tive a honra de presidir aos destinos da Confederação Empresarial de Portugal.

Estes mandatos atravessaram um período muito especial da nossa história comum, com Portugal a ser confrontado com desafios (para usar um eufemismo) novos e muito duros. Assim, recordo que exerci as funções de Presidente da CIP em circunstância em que Portugal foi intervencionado pela troika, tivemos uma crise do setor financeiro que levou à falência de bancos de referência da economia nacional, fomos confrontados com uma governação de apoio *sui generis* em termos parlamentares que preteriram a concertação social em favor da maioria parlamentar. Mais recentemente, tivemos a pandemia de Covid-19, a maior recessão dos últimos 100 anos e, como

referi atrás, a guerra que regressou à Europa. Tempos muito difíceis que exigiram da CIP ponderação e firmeza, mas também capacidade de resiliência e espírito de diálogo, reforço das competências internas e da capacidade de intervenção pública.

Foram 12 anos de grandes mudanças em Portugal e no mundo. Estamos hoje mais fortes e penso que posso afirmar que a CIP esteve sempre do lado certo da história, esteve sempre à altura das suas responsabilidades e com um posicionamento pró-ativo em defesa da iniciativa privada, das empresas e do desenvolvimento do país. A essência da CIP, enquanto parceiro social, vai muito além de uma definição legal e orgânica: somos a voz das empresas portuguesas, apresentamos projetos e assumimos posições com peso na estratégia de desenvolvimento do país.

Sempre defendi o associativismo, designadamente o associativismo empresarial. É através da Confederação Empresarial de Portugal — e das suas pessoas e equipas, a quem devo um justo agradecimento —, e em diálogo franco e construtivo com as outras confederações patronais que melhor defendemos as posições determinantes sobre o enquadramento económico do país, a liberdade de iniciativa e de escolha, a competitividade do país e o seu posicionamento em termos globais. A CIP soube afirmar-se internamente e é respeitada internacionalmente. O nosso envolvimento e peso nas organizações europeias a que pertencemos atesta esta nossa força e empenho.

Muito fizemos nestes 12 anos, e aproveito para agradecer o esforço e dedicação de todos, seja como empresários, seja como parte integrante desta grande organização que é a CIP. Fizemos o que devíamos, mas Portugal está ainda longe de ser um país amigo das empresas e atrativo para o investimento. O legado que deixo, que quero deixar, é também este ânimo forte para que a CIP, as suas mulheres e homens, continuem a lutar pelas empresas, pelo desenvolvimento do país e pelos trabalhadores. Estarei, como sempre estive, ao vosso lado nestas batalhas tão difíceis como essenciais para a liberdade económica e para o futuro de Portugal.

António Saraiva  
Presidente

**CIP – Confederação Empresarial de Portugal**  
**Janeiro 2023**